

## MERCADO DE TRABALHO

# Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2023

**Sandro Sacchet de Carvalho**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sandro.sacchet@ipea.gov.br

Divulgado em 06 de junho de 2023.

## Sumário

Os rendimentos habituais reais médios apresentaram aumento de 7,4% no primeiro trimestre de 2023 em comparação com o mesmo período de 2022, apontando a desaceleração da recuperação da renda. A renda média habitual real de R\$ 2.900, registrada no primeiro trimestre de 2023, aproxima-se dos níveis observados em dezembro de 2019 (R\$ 2.910), imediatamente anterior à pandemia. Estimativas mensais mostram que o rendimento habitual médio real em abril de 2023 (R\$ 2.909) foi 0,5% menor que o observado no mês anterior (R\$ 2.923) e 0,6% menor que o registrado em dezembro de 2022 (R\$ 2.928). A renda efetiva também cresceu 7,1% na comparação interanual.

Por grupos demográficos, os maiores aumentos na renda na comparação com o mesmo período do ano passado foram registrados no Centro-Oeste e no Nordeste, entre os trabalhadores jovens adultos (entre 25 e 39 anos) e com ensino superior. Nenhum grupo demográfico de trabalhador apresentou queda na renda, mas o crescimento foi menor para os que habitam no Sul e em regiões não metropolitanas, os maiores de 60 anos, aqueles com ensino fundamental completo e os chefes de família.

Na análise por tipo de vínculo, revela-se que o menor crescimento dos rendimentos no primeiro trimestre de 2023 encontra-se nos trabalhadores do setor privado com carteira, com elevação da renda habitual e efetiva de 4,1% e 4,5%, respectivamente. Os trabalhadores do setor público apresentaram elevação da renda no primeiro trimestre de 2023 (cerca de 5,5% da renda habitual). Por sua vez, os trabalhadores informais foram os que tiveram o maior aumento da renda efetiva, com acréscimo de 8,9% para os trabalhadores por conta própria e de 14,7% para os sem carteira. Isso se refletiu no comportamento da renda por setor de atividade: os setores mais informais, mais atingidos pela pandemia, são os que agora mostram crescimento da renda (agricultura, comércio, serviços pessoais e coletivos, e alojamento e alimentação), ao passo que setores mais formais, como administração pública, educação e

saúde, e indústria, apresentaram menor elevação da renda habitual ou efetiva. Contudo, já há sinais de menor crescimento da renda em setores bastante informais como construção e transporte.

No primeiro trimestre de 2023, com a estabilidade da renda e a cessação do aumento da população ocupada, a massa salarial alcançou R\$ 279,2 bilhões, 10,8% ou R\$27,2 bilhões maior que no mesmo trimestre de 2022, porém R\$ 2,3 bilhões menor que no trimestre anterior. Para a massa efetiva real, no primeiro trimestre de 2023 o crescimento interanual foi de 10,5%, alcançando a soma de R\$ 304,3 bilhões (R\$ 29 bilhões maior que no primeiro trimestre de 2022).

Um importante efeito da pandemia foi o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho, que saltou de 22,3% no primeiro trimestre de 2020 para 28,5% no segundo. No primeiro trimestre de 2023, a proporção de domicílios sem renda do trabalho subiu para 23,5% (contra 22,1% no fim de 2022), refletindo em parte a maior taxa de desemprego que se observa no início de ano.

Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice de Gini se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. No entanto, o segundo trimestre apresentou uma reversão da queda da desigualdade da renda observada, que continuou no terceiro trimestre, tendo o índice da renda efetiva subido de 0,510 no primeiro trimestre para 0,519 no terceiro, e o da renda habitual passado de 0,481 para 0,494. No primeiro trimestre de 2023, observou-se uma estabilidade no índice da renda domiciliar e uma queda do índice da renda individual para 0,491.

## 1 Renda média e massa salarial

Os dados dos rendimentos do trabalho do primeiro trimestre de 2023 revelam que, após a recuperação da renda ao longo de 2022, a renda média apresentou uma relativa estabilidade. Como mostra o gráfico 1, houve um crescimento de 8,3% no quarto trimestre de 2022 em comparação com o mesmo trimestre de 2021, consolidando uma recuperação da renda média que se iniciara no começo do ano. No primeiro trimestre de 2023, o crescimento interanual da renda habitual média foi de 7,4%, apontando a desaceleração da recuperação da renda. A renda média atingiu R\$ 2.900 no início de 2023 (em reais de março de 2023). No trimestre móvel terminado em abril, a renda média foi de R\$ 2.891, e o crescimento interanual de 7,5%.

Parte da forte queda da renda mostrada no gráfico 1, em 2021, é apenas o inverso do observado ao longo de 2020, quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado. Ou seja, tanto o crescimento do rendimento real médio observado durante 2020 quanto a queda verificada a partir de 2021 resultaram, em grande medida, de um efeito composição. No caso da elevação observada em 2020, esse efeito composição foi originado por duas fontes distintas. Primeiro, a elevação da renda habitual média se deveu ao fato de que grande parte da perda de ocupações ocorreu nos segmentos com as piores remunerações,<sup>1</sup> de forma que os que permaneceram ocupados foram aqueles de renda relativamente mais alta. Da mesma forma, deve-se pontuar que, após o segundo trimestre de 2020, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizava suas entrevistas por telefone, o que causou um aumento da não resposta na pesquisa. Na medida em que tais impactos não estivessem aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados.<sup>2</sup>

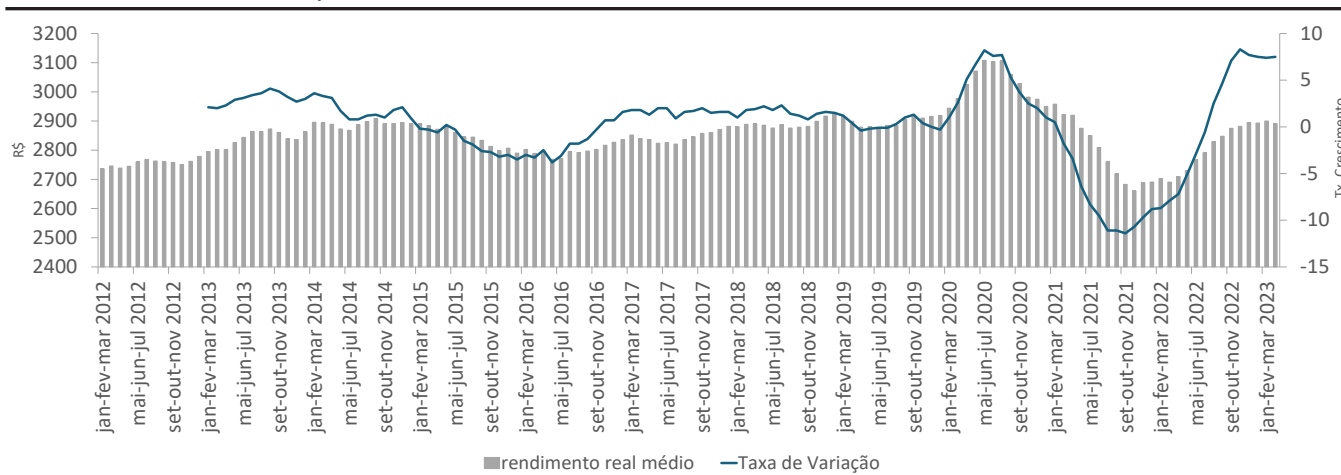
1. Nos setores de construção, comércio, e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e principalmente trabalhadores por conta própria.

2. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/>>.

De forma simétrica, parte da queda dos rendimentos médios a partir de 2021 deveu-se ao retorno dos trabalhadores informais e por conta própria ao mercado de trabalho,<sup>3</sup> levando à redução do rendimento habitual médio, que saiu de um pico no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 (R\$ 3.029) até atingir R\$ 2.594 no último trimestre de 2021.

Nota-se ainda que a recuperação da renda habitual ao longo de 2022 indica o retorno à normalidade do mercado de trabalho. No primeiro trimestre de 2023, a renda média se aproximou um pouco mais do que fora observado no ano imediatamente anterior à pandemia. A renda média do primeiro trimestre de 2023 situou-se 0,5% e 0,3% abaixo do observado no primeiro e no quarto trimestre de 2019, respectivamente.

**GRÁFICO 1**  
**PNAD Contínua: rendimento habitual médio**  
 (Valor absoluto e taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Estimativas mensais dessazonalizadas da renda habitual e efetiva reais elaboradas na *Nota de Conjuntura* nº 10 (Mercado de Trabalho),<sup>4</sup> feitas com base nos dados por trimestre móvel da PNAD Contínua, são apresentadas no gráfico 2. Esses dados mensais permitem observar melhor a intensidade da recuperação da renda em 2022 e a estabilização recente, tendo em vista que o rendimento habitual médio real em abril de 2023 (R\$ 2.909) foi 0,5% menor que o observado no mês anterior (R\$ 2.923) e 0,6% menor que o registrado em dezembro de 2022 (R\$ 2.928).

Como mostra também o gráfico 2, a renda efetiva média em abril (R\$ 3.047) foi 0,3% maior que o observado no mês anterior (R\$ 3.037) e 0,6% maior que o registrado em dezembro de 2022 (R\$ 3.028).

Na abertura por vínculo de ocupação, apresentado no gráfico 3, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que os trabalhadores do setor público, que vinham apresentando o menor crescimento real de rendimentos habituais médios, obtiveram no primeiro trimestre de 2023 aumento de 5,5% da renda

3. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas que também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho, estão disponíveis em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/11/analise-das-transicoes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-no-periodo-da-covid-19/>>.

4. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220804\\_nota10\\_indicadores\\_mensais\\_mercado\\_trabalho\\_jun22.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220804_nota10_indicadores_mensais_mercado_trabalho_jun22.pdf)>.

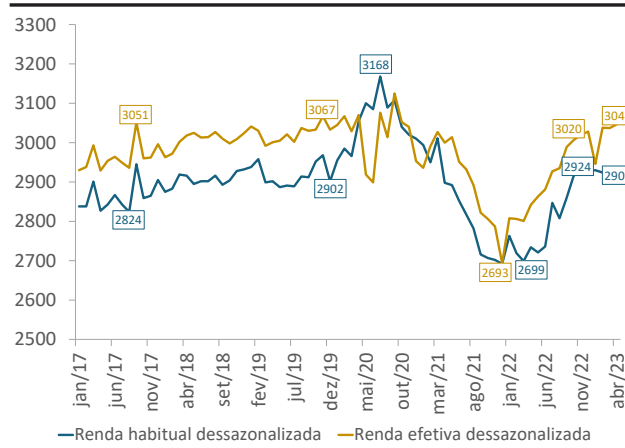
em comparação com o mesmo trimestre de 2022. Este grupo fora o único que apresentou uma intensificação da queda da renda até o primeiro trimestre de 2022 e uma recuperação mais lenta na margem. Por sua vez, os empregados privados do lado formal da economia obtiveram um crescimento da renda habitual de 4,1% no primeiro trimestre de 2023 em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, mostrando já uma desaceleração do crescimento da renda.

Em contrapartida, os trabalhadores informais, sejam aqueles por conta própria ou empregados sem carteira, mostraram ao longo do ano passado uma recuperação da renda mais veloz, o que continuou no início de 2023. Os trabalhadores por conta própria, que já haviam apresentado um crescimento interanual da renda habitual desde o segundo trimestre de 2022, mostraram um aumento de 8,9% no primeiro trimestre de 2023. No entanto, os empregados sem carteira registraram um crescimento de 14,7% no mesmo trimestre.

Na tabela 1, apresentam-se, por tipo de vínculo, as taxas de crescimento da renda efetiva e habitual para o período de 2020 a 2023. Conforme os dados da PNAD Covid-19 já indicavam, foram os trabalhadores por conta própria que tiveram o maior impacto em suas rendas. Enquanto, para esses trabalhadores, a renda habitual cresceu 5,3% no segundo trimestre de 2020, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda efetiva apresentara uma queda de 16,6%. Da mesma forma, no segundo e terceiro trimestres de 2021, esses trabalhadores apresentaram um crescimento de 17,3% e 8,6% da renda efetiva, respectivamente, sinalizando uma recuperação em relação aos níveis anteriores da pandemia. De modo contínuo, o desempenho da renda dos trabalhadores por conta própria manteve-se superior ao das demais posições na ocupação ao longo de 2022. Já no primeiro trimestre de 2023, a renda efetiva desses trabalhadores cresceu 8,1%, um aumento menos intenso que o observado no trimestre anterior (14,3%) e menor que o dos trabalhadores sem carteira (16%), mas ainda acima da média nacional observada na última coluna (7,1%).

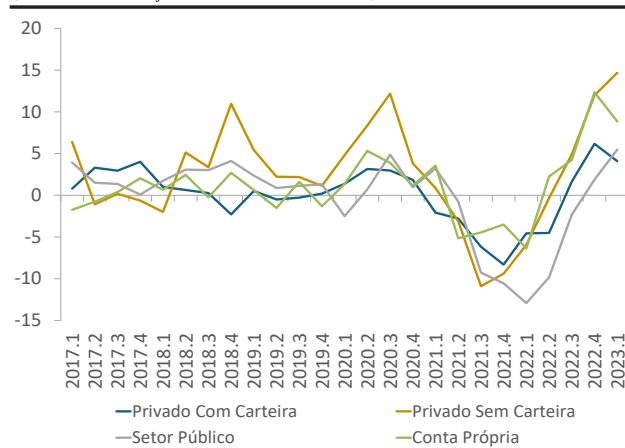
Os empregados do setor privado com carteira apresentaram um aumento da renda efetiva no primeiro trimestre de 2023 de 4,5%. E os trabalhadores do setor público obtiveram uma renda efetiva 4,4% maior no primeiro trimestre de 2023 do que no mesmo trimestre do ano anterior.

GRÁFICO 2  
PNAD Contínua: rendimento habitual e efetivo médio mensal dessazonalizado  
(Em R\$ de março de 2023)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac e Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

GRÁFICO 3  
PNAD Contínua: rendimento habitual médio real, por tipo de vínculo  
(Taxa de variação interanual, em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 1

**PNAD Contínua: taxa de crescimento do rendimento médio real efetivo e habitual e razão de rendimentos, por tipo de vínculo (Em %)**

	Privado Com Carteira	Privado Sem Carteira	Setor Público	Conta-Própria	Total
<b>Painel A: Crescimento interanual da renda habitual</b>					
2020.1	1,4	4,8	- 2,5	1,4	1
2020.2	3,2	8,4	0,7	5,3	6,7
2020.3	3,0	12,2	4,9	3,9	7,7
2020.4	1,8	3,8	1,0	1,2	2,5
2021.1	- 2,1	0,9	3,2	3,6	0,5
2021.2	- 2,8	- 3,1	- 0,8	- 5,2	- 6,4
2021.3	- 6,2	- 10,9	- 9,3	- 4,5	- 11,1
2021.4	- 8,3	- 9,4	- 10,5	- 3,5	- 10,7
2022.1	- 4,6	- 5,9	- 12,9	- 6,4	- 8,7
2022.2	- 4,5	- 0,4	- 9,8	2,2	- 5,1
2022.3	1,6	4,9	- 2,3	4,2	2,5
2022.4	6,2	12,0	1,9	12,3	8,3
2023.1	4,1	14,7	5,5	8,9	7,4
<b>Painel B: Crescimento interanual da renda efetiva</b>					
2020.1	0,4	5,3	- 1,7	1,5	0,7
2020.2	0,4	- 2,0	0,1	- 16,6	- 1,4
2020.3	0,4	3,8	3,2	- 10,2	1,8
2020.4	- 1,3	1,5	- 0,4	- 5,9	- 1,1
2021.1	- 5,3	- 1,2	0,4	0,5	- 2,5
2021.2	0,3	6,2	0,6	17,3	1
2021.3	- 3,2	- 4,0	- 7,3	8,6	- 6,1
2021.4	- 6,6	- 7,6	- 9,6	2,7	- 8,5
2022.1	- 1,9	- 4,5	- 10,9	- 2,8	- 6,2
2022.2	- 4,6	1,5	- 9,8	6,0	- 4
2022.3	1,1	4,9	- 3,0	5,4	2,5
2022.4	7,6	13,6	1,5	14,3	9,4
2023.1	4,5	16,0	4,4	8,1	7,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 retrata a desagregação salarial por diferentes recortes. Em termos regionais, a renda efetiva mostrou maiores aumentos no Centro-Oeste e no Nordeste para o primeiro trimestre de 2023 (10% e 8,1%, respectivamente). A região Norte teve aumento de 7,1% na renda efetiva e 6,7% na renda habitual. O Sudeste, que também indicava uma recuperação mais lenta da renda até o terceiro trimestre de 2022, obteve um crescimento de 7% da renda habitual no primeiro trimestre de 2023 em relação ao mesmo trimestre de 2022.

O corte por gênero revela que os rendimentos efetivos e habituais recebidos pelas mulheres, que vinham mostrando desempenho inferior ao dos homens nos últimos trimestres, apresentaram no primeiro trimestre de 2023 um crescimento interanual maior que o masculino (7,7% contra 7,3% da renda habitual e 7,5% e 7% da renda efetiva).

O detalhamento por faixa etária indica que o desempenho da renda tem sido melhor para os jovens adultos nos últimos trimestres, que apresentaram um crescimento da renda habitual de 9% no primeiro trimestre de 2023. Os trabalhadores acima de 40 anos, que vinham mostrando maiores quedas do rendimento, no trimestre mais recente, apresentaram aumento de cerca de 6,5% da renda. Por sua vez, os trabalhadores mais jovens, que haviam apresentado uma acelerada recuperação da renda efetiva no quarto trimestre de 2022, reduziram o ritmo do crescimento para 6,4% no início de 2023. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, apenas os trabalhadores com ensino superior mantiveram um crescimento da renda efetiva acima de 7%.

TABELA 2

**PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por dados desagregados, habitual e efetivo (4º trim./2021-1º trim./2023)**

(Em %)<sup>1</sup>

	Renda habitual						Renda efetiva					
	4º T /2021	1º T /2022	2º T /2022	3º T /2022	4º T /2022	1º T /2023	4º T /2021	1º T /2022	2º T /2022	3º T /2022	4º T /2022	1º T /2023
Centro-Oeste	-6,9	-4,8	-2,8	8,6	12,3	10,6	-5,5	-2,0	-1,4	8,3	14,1	10,0
Nordeste	-9,2	-7,5	-5,7	1,4	5,8	9,1	-8,1	-4,2	-3,9	0,7	6,4	8,1
Norte	-7,5	-4,1	0,8	4,4	12,0	6,7	-7,9	0,5	1,3	5,3	13,5	7,1
Sudeste	-12,5	-9,9	-5,9	1,0	8,0	7,0	-9,2	-8,2	-4,5	1,5	9,1	7,0
Sul	-10,5	-9,5	-4,4	4,0	8,4	5,5	-8,9	-6,1	-5,0	3,1	9,6	5,3
Masculino	-10,2	-8,3	-4,1	3,3	9,4	7,3	-7,9	-5,5	-3,1	3,4	10,6	7,0
Feminino	-11,1	-8,7	-6,0	1,7	6,7	7,7	-9,0	-6,7	-4,7	1,5	7,7	7,5
14 a 24 anos	-2,8	-0,5	-4,7	1,0	9,0	6,2	-0,7	0,8	-4,8	0,4	10,5	6,4
25 a 39 anos	-6,1	-4,3	-0,9	4,4	11,8	9,0	-4,6	-1,8	0,4	4,6	13,0	9,0
40 a 59 anos	-8,3	-11,0	-6,1	1,7	5,4	6,5	-5,5	-7,9	-5,4	1,6	6,1	5,7
60 anos ou mais	-14,1	-15,0	-12,6	1,3	6,5	3,2	-9,9	-14,5	-9,4	1,5	9,1	4,4
Não chefe de família	-8,8	-5,6	0,0	5,0	10,6	7,6	-7,1	-3,2	1,3	5,1	12,0	7,7
Chefe de família	-11,7	-10,6	-8,4	0,7	6,3	7,2	-8,9	-8,0	-7,5	0,7	7,1	6,7
Fundamental incompleto	-5,2	-0,1	0,0	5,4	8,7	6,8	-3,5	2,8	-1,6	5,1	10,4	6,7
Fundamental completo	-4,7	-4,5	0,9	4,1	6,1	3,0	-2,0	2,0	2,3	4,3	7,3	2,8
Médio incompleto	-3,3	-3,4	-2,2	5,6	7,4	5,2	-1,4	-0,2	-3,3	5,7	9,8	5,2
Médio completo	-5,5	-2,1	-0,2	4,0	6,8	5,3	-3,5	0,7	1,2	4,2	7,9	4,7
Superior	-9,9	-9,4	-5,6	0,3	7,3	7,3	-7,0	-6,9	-3,9	0,2	8,0	7,1
Região não metropolitana	-9,9	-6,5	-3,2	4,2	7,2	4,9	-8,6	-3,9	-2,9	4,2	8,2	4,5
Região metropolitana	-12,0	-10,5	-6,4	1,0	9,5	9,4	-8,9	-8,1	-4,6	1,0	10,6	9,3

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> Taxa de variação interanual.

A tabela 3 apresenta o crescimento interanual do rendimento médio habitual e efetivo por setores de atividade. Seguindo o padrão durante a pandemia, a maior parte dos setores apresentou um aumento da renda habitual e queda da renda efetiva no decorrer de 2020. No entanto, as atividades mais dependentes da circulação de pessoas (transporte, serviços pessoais e coletivos, alojamento e alimentação, comércio e construção) foram as que apresentaram maior queda da renda efetiva durante 2020, e justamente esse impacto maior explica uma recuperação da renda efetiva nesses setores após a segunda metade de 2021.

Esse padrão permanece ao longo de 2022, ou seja, setores mais formais com trabalhadores mais qualificados apresentaram maior queda da renda e menor recuperação, com destaque para a administração pública (queda de 11,5% da renda efetiva no segundo trimestre de 2022 e 0,6% no terceiro trimestre) e educação e saúde (queda de 11,1% e 5,3% da renda efetiva no segundo e terceiro trimestres, respectivamente), além da indústria (queda de 1,5% da renda efetiva no terceiro trimestre de 2022). No primeiro trimestre de 2023, os trabalhadores da indústria foram os que mostraram ainda o menor crescimento da renda habitual (4%), já os trabalhadores da administração pública e de educação e saúde mostraram um crescimento maior que o observado no trimestre anterior (6,4% contra 1,8% e 7,6% contra 5,4%, respectivamente).

Por sua vez, os setores da construção civil e agricultura, que haviam mostrado forte aumento da renda efetiva, com crescimento interanual superando 15% no trimestre anterior, tiveram um aumento na renda mais modes-

to no início de 2023 (4,2% e 6,7%, respectivamente). Apenas o setor de serviços pessoais e coletivos sustentou um crescimento da renda efetiva de mais de 10% no primeiro trimestre de 2023.

TABELA 3

**PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por setor de atividade, habitual e efetivo (2º trim./2020-1º trim./2023)**

(Em %)

Painel A: Renda Habitual	2ºT - 2020	3ºT2020	4ºT2020	1º T - 2021	2º T - 2021	3º T - 2021	4º T - 2021	1º T - 2022	2º T - 2022	3º T - 2022	4º T - 2022	1º T - 2023
Agricultura	3,8	7,7	3,8	-1,3	-3,3	-3,3	-5,6	1,7	2,2	12,6	13,5	6,5
Indústria	10,5	12,9	4,7	-4,8	-11,9	-14,3	-15,8	-7,0	-6,5	-2,0	6,2	4,0
Construção	8,5	-0,9	-3,1	-8,1	-15,0	-8,2	-3,7	5,0	5,1	5,4	14,4	4,3
Comércio	4,2	5,6	-0,6	-3,9	-8,2	-12,0	-6,8	-2,4	1,4	8,4	7,4	7,4
Serviços profissionais	0,2	6,9	0,2	-3,0	2,0	-9,2	-8,7	-4,0	-4,7	3,3	10,0	7,7
Transporte	0,3	-3,1	-8,0	-7,3	-10,7	-2,8	0,8	-1,5	5,8	3,9	8,6	6,0
Serviços pessoais e coletivos	8,7	1,6	-3,1	-4,7	-11,5	-8,2	-5,0	-1,6	4,0	9,6	9,2	9,4
Adm. Pública	-1,3	2,4	1,8	3,3	0,7	-11,3	-13,9	-15,7	-11,3	0,0	1,8	6,4
Educação e Saúde	2,4	4,4	0,8	7,6	-1,1	-7,8	-11,2	-17,8	-11,9	-5,2	5,4	7,6
Alojamento e Alimentação	5,8	-0,8	-7,4	1,2	-11,5	-6,1	-3,3	-5,0	4,6	2,6	10,8	10,2
Painel B: Renda Efetiva	2ºT - 2020	3ºT2020	4ºT2020	1º T - 2021	2º T - 2021	3º T - 2021	4º T - 2021	1º T - 2022	2º T - 2022	3º T - 2022	4º T - 2022	1º T - 2023
Agricultura	2,0	5,0	2,0	-2,4	7,6	-1,1	-6,4	0,5	-5,3	12,7	16,1	6,7
Indústria	4,2	7,8	1,6	-7,9	-7,4	-10,1	-14,4	-6,1	-5,2	-1,5	8,7	4,7
Construção	0,1	-7,7	-6,6	-12,0	-8,3	-0,6	-0,6	9,3	7,6	5,3	15,1	4,2
Comércio	-6,9	-1,5	-4,8	-8,1	0,2	-6,2	-3,6	0,9	5,0	8,2	8,6	7,0
Serviços profissionais	-8,0	-0,8	-4,1	-5,5	10,8	-2,5	-5,4	0,5	-3,7	3,6	11,2	7,6
Transporte	-11,1	-11,4	-13,6	-11,7	-1,0	5,9	4,9	3,0	8,0	2,3	10,3	4,5
Serviços pessoais e coletivos	-11,7	-10,0	-9,9	-9,6	5,3	2,0	0,1	3,0	9,3	10,8	10,5	10,3
Adm. Pública	-1,9	1,4	0,7	1,3	2,0	-10,4	-13,2	-14,8	-11,5	-0,6	1,5	6,4
Educação e Saúde	-2,9	0,6	-1,9	6,3	4,4	-3,5	-8,6	-15,2	-11,1	-5,3	5,2	6,2
Alojamento e Alimentação	-17,0	-16,0	-14,3	-13,6	8,6	8,1	1,7	8,8	9,7	5,5	14,1	8,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Notas:

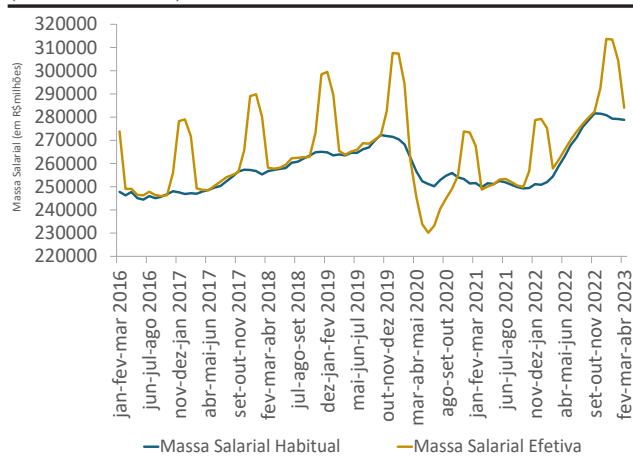
<sup>1</sup> Serviços profissionais: informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

<sup>2</sup> Serviços pessoais e coletivos: serviços pessoais, artes, cultura, esporte, recreação e serviços domésticos.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar de se observar um relativo aumento dos rendimentos habituais médios em 2020, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual. Na comparação interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado em abril de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentara uma queda de 0,6%. Ao longo de 2020, a massa habitual acelerou a tendência decrescente, mostrando uma queda de 6,2% no primeiro trimestre de 2021. Contudo, quando os rendimentos habituais médios apresentaram queda significativa, a massa habitual apresentou quedas menos intensas, justamente em virtude da recuperação da população ocupada durante 2021. Ao longo de 2022, aliando-se o aumento da população ocupada à recuperação da renda, a massa salarial apresentou expressiva elevação, tendo a habitual aumentado 12,8% no quarto trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021. No primeiro trimestre de 2023, com a estabilidade da renda e a cessação do aumento da população ocupada, a massa salarial alcançou R\$ 279,2 bilhões, 10,8% ou R\$27,2 bilhões maior que no mesmo trimestre de 2022, porém R\$ 2,3 bilhões menor que no trimestre anterior. No trimestre móvel terminado em abril, a massa salarial habitual foi de R\$ 278,8 bilhões ou 9,6% maior na comparação interanual.

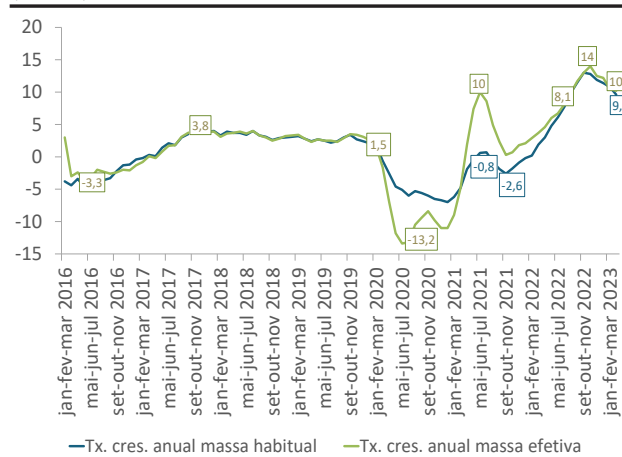
Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,4% no trimestre móvel terminado em julho de 2020. No quarto trimestre de 2022 houve um crescimento de 14%, e no primeiro trimestre de 2023 o crescimento interanual foi de 10,5%, alcançando a soma de R\$ 304,3 bilhões (R\$ 29 bilhões maior que no primeiro trimestre de 2022). No trimestre móvel terminado em abril, a massa salarial efetiva foi de R\$ 284 bilhões ou 10,2% maior na comparação interanual.

**GRÁFICO 4**  
**Massa salarial real, habitual e efetiva**  
 (Em R\$ milhões)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 5**  
**Taxa de variação interanual da massa salarial real, habitual e efetiva**  
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 2 Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço relevantes para diferentes segmentos da população pode apresentar diferenças significativas por períodos consideráveis de tempo, quando se levam em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No anexo, detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 4, mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice. Os dados revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento na renda domiciliar habitual ao longo de 2020, o que reflete na maior proporção de trabalhadores informais nessas faixas de renda, enquanto foram os domicílios de renda alta que sofreram a maior redução proporcional na renda domiciliar do trabalho ao longo de 2021. No primeiro trimestre de 2023, todas as faixas de renda domiciliares mostraram um crescimento da renda efetiva acima de 5%, reforçando a consolidação da sua recuperação observada ao longo dos últimos trimestres. O crescimento observado foi maior na faixa de renda mais alta (7,32%, faixa 6) e menor na faixa de renda média-alta (5%, faixa 5).

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 5, que mostram a proporção dos domicílios por faixa de renda calculada de acordo com a renda efetiva do trabalho e a taxa de crescimento interanual dos rendimentos domiciliares efetivos do trabalho entre 2020 e 2022. O que mais chama atenção na tabela é o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho em razão da pandemia, que saltou de 22,4% no primeiro trimestre de 2020 para 28,6% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho ainda apresentou estabilidade entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, refletindo a lenta recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. No segundo trimestre de 2021, a proporção de domicílios sem renda do trabalho caiu, revelando a recuperação da população ocupada. No primeiro trimestre de 2023, a proporção de domicílios sem renda do trabalho subiu para 23,5%, refletindo em parte a maior taxa de desemprego que se observa no início de ano.



TABELA 4

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda**  
(Taxa de variação interanual, em %)

Trimestre	faixa 1	faixa 2	faixa 3	faixa 4	faixa 5	faixa 6
2017.1	-1,93	-1,64	-0,78	-1,30	-1,58	-4,82
2017.2	4,71	2,70	-0,40	-0,67	2,05	4,39
2017.3	4,96	2,40	-1,02	-0,58	2,23	9,24
2017.4	5,32	1,89	-0,96	-0,71	2,38	6,98
2018.1	4,70	2,96	-0,19	-0,48	1,76	8,18
2018.2	-1,72	-1,14	-0,28	-0,56	-1,88	1,61
2018.3	-2,45	-1,91	-0,83	-0,66	-2,95	1,44
2018.4	0,10	0,15	1,80	4,65	2,26	1,80
2019.1	0,32	0,41	2,14	4,91	2,64	1,62
2019.2	-0,73	0,09	1,24	3,25	2,11	2,15
2019.3	-0,11	0,73	2,27	4,49	2,99	0,34
2019.4	-1,83	-1,06	-1,08	-1,85	-1,97	-1,67
2020.1	-1,71	0,34	0,96	-1,49	-1,77	-3,27
2020.2	3,57	-1,61	-1,06	-0,81	-1,20	-2,65
2020.3	2,50	-2,23	-2,35	-2,13	-1,29	-1,83
2020.4	-0,17	-0,75	-0,50	-2,19	-2,08	-6,97
2021.1	-0,70	-3,45	-3,94	-2,76	-1,85	-2,44
2021.2	-5,72	-0,75	-0,87	-2,78	-2,47	-6,99
2021.3	-3,07	-0,11	-0,60	-1,11	-0,20	-5,78
2021.4	-3,16	-2,23	-2,48	-1,78	-1,70	-1,27
2022.1	-1,98	-1,17	-1,79	-2,38	-1,71	-3,98
2022.2	-2,90	-2,56	-2,29	-2,05	-2,99	-0,01
2022.3	-2,73	-2,01	-1,25	-2,50	-3,30	0,77
2022.4	-0,42	-1,32	-1,07	-1,53	-1,85	0,13
2023.1	5,98	6,31	5,35	5,05	5,00	7,32

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

TABELA 5

**PNAD Contínua: crescimento do rendimento médio efetivo real domiciliar e proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (1º trim./2020-1º trim./2023)**  
(Em %)

	Faixa de Renda						
	sem renda	faixa 1	faixa 2	faixa 3	faixa 4	faixa 5	faixa 6
<b>Painel A: Proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho efetiva (em %)</b>							
2020.1	22,35	26,26	12,87	15,77	14,18	5,81	2,76
2020.2	28,55	28,04	10,54	14,99	11,32	4,51	2,05
2020.3	28,04	28,71	10,76	14,93	10,95	4,47	2,14
2020.4	25,58	27,62	12,69	14,86	11,94	4,96	2,36
2021.1	25,58	27,08	12,06	14,86	12,56	5,36	2,51
2021.2	24,45	28,76	12,85	14,7	12,1	5,00	2,14
2021.3	22,99	29,92	11,89	16,37	12	4,79	2,04
2021.4	22,22	28,87	12,73	16,31	12,88	4,99	1,99
2022.1	23,35	26,35	12,7	15,65	14,01	5,67	2,28
2022.2	22,2	27,43	13,24	16,46	13,37	5,18	2,13
2022.3	22,02	26,64	13,1	16,53	13,8	5,64	2,27
2022.4	22,12	25,49	12,7	16,54	14,64	6	2,51
2023.1	23,54	26,7	12,1	15,3	13,97	5,95	2,43
<b>Painel B: Crescimento interanual da renda domiciliar efetiva do trabalho (em %)</b>							
2020.1	---	-2,61	-0,02	0,50	-1,60	-1,71	-4,69
2020.2	---	0,26	-1,97	-1,86	-1,19	-1,96	-5,09
2020.3	---	0,77	-1,94	-2,28	-2,11	-1,51	-4,42
2020.4	---	-1,10	-0,37	-0,32	-2,01	-2,28	-8,23
2021.1	---	-0,75	-3,18	-3,51	-2,60	-1,90	-3,54
2021.2	---	-3,07	-0,09	0,11	-2,18	-1,49	-2,87
2021.3	---	-1,19	0,35	0,02	-0,02	1,00	-2,40
2021.4	---	-2,01	-2,29	-2,56	-1,65	-0,76	-0,25
2022.1	---	-0,97	-0,85	-1,28	-1,62	-0,50	-2,30
2022.2	---	-1,31	-3,06	-0,48	-2,01	-0,96	1,50
2022.3	---	-3,86	-2,20	-1,41	-2,34	-3,77	1,48
2022.4	---	0,52	-0,27	0,43	-0,36	-0,63	0,29
2023.1	---	5,54	6,07	5,23	4,71	5,04	5,51

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nesse trimestre houve também um aumento da proporção de domicílios na faixa de renda muito baixa (faixa 1) e uma diminuição nas demais faixas, especialmente em renda média-baixa (faixa 3). No painel B mostra-se que o desempenho da renda domiciliar efetiva foi menor na faixa de renda média (faixa 4), com crescimento de 4,7%, e houve um aumento de 6,07% da renda domiciliar efetiva na faixa de renda baixa (faixa 2)

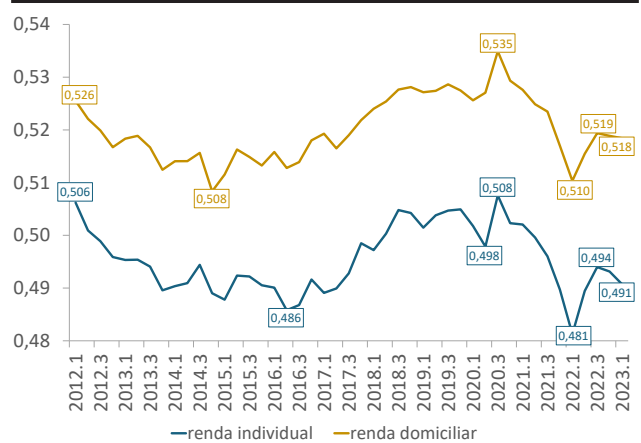
O gráfico 6 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu de 0,508, no quarto trimestre de 2014, para 0,535, no terceiro trimestre de 2020. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,486, no segundo trimestre de 2016, para 0,508, no terceiro trimestre de 2020. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. O segundo trimestre de 2022 apresentou uma reversão da queda da desigualdade da renda observada, que continuou no terceiro trimestre, tendo o índice da renda domiciliar subido de 0,510 no primeiro trimestre para 0,519 no terceiro e o da renda individual passado de 0,481 para 0,494. No primeiro trimestre de 2023, o índice de Gini da renda domiciliar caiu ligeiramente para 0,518 e o da renda individual para 0,491.

Em outra medida, no primeiro trimestre de 2023, a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta (ver Tabela A.2 apêndice) era 28,5 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, valor semelhante ao observado no trimestre anterior (28,6).

Os dados do gráfico 7, que mostram os índices de Gini por tipo de vínculo, revelam que a trajetória desse índice durante a pandemia foi causada pelo comportamento dos trabalhadores sem carteira. De fato, o índice para esse grupo avançou de 0,504, no primeiro trimestre de 2020, para 0,526, no terceiro trimestre do mesmo ano, refletindo a maior dificuldade dos trabalhadores mais vulneráveis desse segmento de permanecer no mercado de trabalho durante a pandemia. Contudo, cabe salientar que o aumento da desigualdade entre os empregados sem carteira mostra-se persistente, sendo este o único grupo em que o índice de Gini encontra-se em patamares substancialmente acima dos observados em 2016 e 2017.

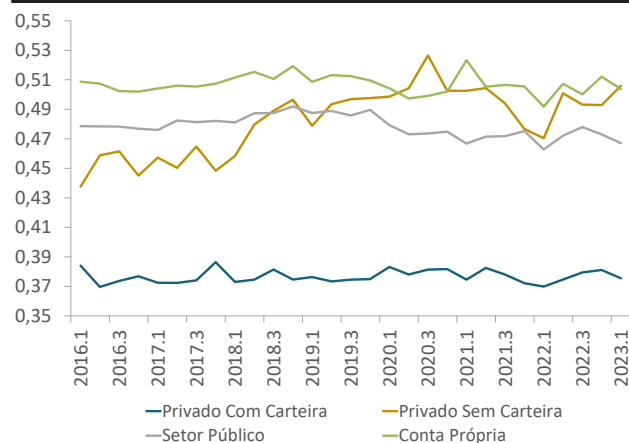
No primeiro trimestre de 2023, foram os trabalhadores sem carteira que mostraram um aumento da desigualdade, enquanto entre os trabalhadores do setor público, por conta própria e empregados com carteira houve uma redução da desigualdade.

**GRÁFICO 6**  
Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – renda individual e domiciliar



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 7**  
Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos, por tipo de vínculo



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

### 3 Considerações finais

Os dados da PNAD Contínua mostraram que, no primeiro trimestre de 2023, a renda média apresentou uma relativa estabilidade após um processo de recuperação da renda habitual e efetiva ao longo de 2022. O crescimento interanual da renda habitual média foi de 7,4%, apontando a desaceleração da recuperação da renda. Estimativas mensais mostram que o rendimento médio real em abril de 2023 (R\$ 2.909) foi 0,5% menor que o observado no mês anterior (R\$ 2.923) e 0,6% menor que o registrado em dezembro de 2022 (R\$ 2.928).

Além disso, os empregados do setor público começaram a apresentar uma recuperação da renda mais intensa, porém os empregados privados com carteira mostraram maior desaceleração do crescimento da renda. Os dados do primeiro trimestre de 2023, assim como do trimestre anterior, revelaram claramente um melhor desempenho da renda dos trabalhadores sem carteira e por conta própria em comparação com os ocupados em postos formalizados.

Esse padrão ainda se reflete no comportamento da renda por setores de atividades, sendo aqueles mais informais, e que foram mais atingidos pela pandemia, que agora mostram crescimento da renda mais intenso (agricultura, serviços pessoais e coletivos, e alojamento e alimentação). No entanto, já há sinais de menor crescimento da renda em setores bastante informais, como construção e transporte.

Contudo, confirmando a consolidação da recuperação da renda, todas as faixas domiciliares mostraram um crescimento da renda efetiva acima de 5%. O índice de Gini da renda domiciliar manteve-se estável em relação ao quarto trimestre de 2022, e o índice da renda individual recuou de 0,493 para 0,491.

## Apêndice

TABELA A.1

### PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por faixa de renda

(Em R\$ de fevereiro de 2023)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	faixa 1	faixa 2	faixa 3	faixa 4	faixa 5	faixa 6
2012.1	991,8	1555,1	1986,9	3163,5	6264,1	15799,3
2012.2	992,5	1568,7	1998,5	3171,0	6350,9	15582,1
2012.3	999,3	1551,8	1986,6	3150,0	6249,8	15959,4
2012.4	1006,2	1542,0	1997,8	3171,0	6289,4	15870,0
2013.1	1013,1	1575,2	2035,1	3196,2	6375,1	16216,2
2013.2	1010,9	1582,2	2032,4	3167,8	6305,7	16253,2
2013.3	1019,2	1573,0	2037,5	3160,0	6250,0	16102,7
2013.4	1004,4	1568,7	2044,3	3176,2	6183,9	15455,1
2014.1	1083,6	1600,6	2151,1	3241,6	6429,8	16166,4
2014.2	1064,2	1588,9	2140,7	3209,5	6381,2	16156,5
2014.3	1053,9	1589,0	2122,4	3209,3	6298,9	16352,9
2014.4	1054,7	1589,5	2103,3	3227,6	6384,3	15984,0
2015.1	1053,1	1598,7	2116,9	3216,6	6412,5	16410,2
2015.2	1048,8	1556,4	2105,8	3248,5	6452,6	17007,1
2015.3	1036,1	1670,9	2047,3	3245,0	6454,0	16660,5
2015.4	1004,9	1646,3	2031,0	3214,2	6371,8	16427,5
2016.1	1017,5	1647,0	2092,1	3280,8	6571,8	16657,0
2016.2	1004,7	1637,4	2077,0	3269,8	6582,8	16119,1
2016.3	1005,7	1642,7	2098,8	3248,0	6563,4	16032,3
2016.4	995,2	1639,1	2095,3	3270,4	6481,7	16259,1
2017.1	1009,7	1672,2	2092,8	3275,3	6503,2	16251,7
2017.2	1063,9	1623,1	2082,7	3269,2	6798,1	16823,4
2017.3	1058,9	1604,8	2081,4	3250,3	6734,8	16944,7
2017.4	1047,0	1599,4	2071,8	3243,5	6727,8	17267,6
2018.1	1052,5	1631,9	2089,9	3274,3	6696,5	16970,1
2018.2	1038,2	1621,6	2085,8	3265,9	6769,9	17017,0
2018.3	1021,3	1593,2	2057,5	3251,7	6627,8	17543,5
2018.4	1040,0	1588,9	2147,4	3374,4	6710,1	17500,2
2019.1	1047,8	1623,9	2166,1	3382,7	6789,3	17634,3
2019.2	1022,5	1589,8	2131,8	3302,5	6705,3	17719,4
2019.3	1016,9	1588,8	2132,6	3319,7	6709,2	17565,3
2019.4	1019,6	1580,2	2123,3	3290,7	6610,9	17796,3
2020.1	1032,8	1692,0	2134,2	3332,9	6701,2	17526,7
2020.2	1096,8	1683,7	2251,6	3470,8	6943,0	17752,9
2020.3	1085,7	1667,4	2230,9	3433,1	7062,3	17910,6
2020.4	1045,7	1704,1	2140,1	3348,0	6773,7	16748,0
2021.1	1043,0	1676,3	2126,9	3380,1	6784,8	17517,7
2021.2	1020,2	1643,7	2100,5	3313,2	6694,0	16617,1
2021.3	1016,8	1583,0	2057,4	3264,4	6540,0	16633,2
2021.4	985,0	1535,1	2020,5	3202,4	6458,4	15915,5
2022.1	1007,7	1573,6	2042,0	3203,3	6506,0	16213,3
2022.2	974,8	1537,1	2002,6	3170,2	6399,3	16267,2
2022.3	987,5	1555,7	2018,3	3195,8	6483,6	16560,9
2022.4	992,2	1563,5	2023,3	3196,6	6390,8	16174,0
2023.1	1081,0	1680,0	2123,7	3285,5	6671,4	16950,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.2

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda**

(Em R\$ de fevereiro de 2023)

Trimestre	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	faixa 1	faixa 2	faixa 3	faixa 4	faixa 5	faixa 6
2012.1	1177,7	2548,2	3970,0	7022,8	13873,5	34137,8
2012.2	1176,2	2550,3	3991,7	7033,3	13906,4	34124,1
2012.3	1177,0	2523,5	3957,1	6992,2	13773,5	34665,9
2012.4	1183,8	2518,7	3924,3	6958,1	13899,6	34686,5
2013.1	1183,1	2525,6	3961,3	6953,2	13821,1	34684,7
2013.2	1179,5	2513,5	3940,2	6933,6	13760,8	34878,1
2013.3	1186,9	2495,6	3921,5	6896,6	13707,1	34286,4
2013.4	1172,4	2470,3	3897,8	6894,1	13628,6	33386,6
2014.1	1246,6	2582,3	4032,1	7204,3	14210,0	34410,8
2014.2	1231,4	2554,9	3991,2	7121,8	14032,9	34571,0
2014.3	1224,2	2539,1	3968,4	7078,0	13937,1	34473,7
2014.4	1221,8	2517,3	3945,9	7064,4	13899,0	33618,4
2015.1	1210,8	2498,4	3927,0	7006,0	13687,9	34129,3
2015.2	1207,3	2508,1	3896,3	7005,6	13833,3	34875,1
2015.3	1201,1	2571,6	3989,0	6944,6	13701,2	34164,3
2015.4	1173,2	2534,4	3947,4	6901,5	13568,6	33799,3
2016.1	1182,9	2541,9	3983,3	7034,0	13843,9	34709,0
2016.2	1174,1	2515,6	3965,3	7009,0	13807,3	33606,0
2016.3	1165,4	2518,8	3981,4	6964,8	13742,4	32505,3
2016.4	1154,5	2508,1	3976,6	6984,4	13666,9	33448,3
2017.1	1160,0	2500,2	3952,3	6942,3	13625,3	33028,8
2017.2	1229,3	2583,0	3949,0	6960,3	14086,1	35082,4
2017.3	1223,2	2578,9	3940,8	6922,8	14043,3	35497,1
2017.4	1216,1	2555,8	3938,6	6932,9	13983,2	35791,7
2018.1	1214,7	2574,2	3944,5	6906,3	13863,3	35731,8
2018.2	1208,3	2553,6	3938,0	6919,8	13817,6	35668,1
2018.3	1193,4	2530,1	3907,5	6877,4	13629,7	36027,2
2018.4	1217,1	2558,9	4008,9	7256,4	14303,5	36436,3
2019.1	1218,3	2584,8	4028,4	7246,3	14232,0	36294,9
2019.2	1199,3	2555,4	3986,6	7145,4	14116,1	36413,1
2019.3	1191,9	2548,5	3995,7	7187,3	14044,2	36139,0
2019.4	1195,0	2532,3	3965,1	7122,6	14024,6	35821,8
2020.1	1197,7	2593,4	4067,2	7138,4	13983,0	35123,1
2020.2	1241,9	2514,6	3943,8	7086,5	13948,6	35454,3
2020.3	1221,3	2490,4	3901,1	7029,2	13860,1	35481,5
2020.4	1192,5	2511,9	3944,5	6963,3	13729,3	33312,6
2021.1	1188,9	2502,4	3906,1	6938,4	13720,9	34129,9
2021.2	1170,4	2494,5	3908,2	6887,6	13601,6	32913,0
2021.3	1182,3	2488,2	3879,5	6951,5	13836,6	33262,3
2021.4	1153,6	2457,0	3848,9	6842,2	13479,3	32768,5
2022.1	1164,6	2474,9	3835,5	6772,0	13475,1	32821,9
2022.2	1134,6	2431,1	3818,5	6745,7	13187,8	32853,2
2022.3	1149,6	2438,4	3831,1	6778,2	13371,8	33495,1
2022.4	1148,5	2424,8	3808,2	6736,5	13229,7	32853,4
2023.1	1234,1	2631,1	4040,7	7114,2	14148,8	35223,9

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## Anexo

O quadro A.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes incluem domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtêm as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na PNAD Contínua. O quadro A.1 apresenta também as faixas de renda a preços de maio de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

### QUADRO 1

#### Faixas de renda mensal domiciliar

(Em R\$)

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jan./2009)	Renda domiciliar (R\$ maio/2020)
1 – Renda muito baixa	Menor que R\$ 900	Menor que R\$ 1.650,50
2 – Renda baixa	Entre R\$ 900 e R\$ 1.350	Entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09
3 – Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	Entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41
4 – Renda média	Entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	Entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83
5 – Renda média-alta	Entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	Entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66
6 – Renda alta	Maior que R\$ 9.000	Maior que R\$ 16.509,66

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O quadro A.2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior, um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho com queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa com a queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

### QUADRO 2

#### Domicílios por faixas de renda (do trabalho)

(Em %)

Faixa de renda	1º trim./2018	1º trim./2019	4º trim./2019	1º trim./2020
0 - Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1 - Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2 - Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3 - Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4 - Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5 - Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6 - Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Julia de Medeiros Braga (Editora)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

**Pesquisadores Visitantes:**

Ana Cecília Kreter

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Paulo Mansur Levy

Sidney Martins Caetano

**Equipe de Assistentes:**

Alexandre Magno de Almeida Leão

Antonio Henrique Carlota de Carvalho

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Felipe dos Santos Martins

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.